

EDUCAÇÃO, MEIO-AMBIENTE E SUBJETIVIDADE NA SOCIEDADE DE CONTROLE: POR UMA ÉTICA DOS AFECTOS

Ana Godoy

Pós-doutora pela Faculdade de Educação Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP;
Bolsista FAPESP
Pesquisadora do Grupo Transversal – UNICAMP
anadgp@uol.com.br

Resumo

O presente artigo tem como objetivo explorar alguns conceitos que fundamentem uma prática de educação aliada às forças vitais, às ecologias e às éticas que emergem em condutas singulares, bem como as forças que com elas se implicam e delas revelam os aspectos mais potentes. Todavia, a implicação com estas forças de constante insurreição desejante requer a problematização de uma série de valores e disposições presentes nos corpos coletivos e individuais e que dizem respeito aos dispositivos de poder e ao seu funcionamento na sociedade de controle. Dividido em pequenos blocos justapostos, este artigo afirma o caráter de experimentação estético-política tanto em seus aspectos formais quanto no traçado conceitual que descreve, funcionando como meio de interpelação daquilo que para o autor constitui problema, qual seja, uma ética dos afetos inseparável das intensidades experimentadas nos encontros, e portadora de um estilo que diz do critério de seletividade nela implicada. É neste movimento que as conexões entre educação, meio-ambiente e subjetividade serão percorridas.

Palavras-chave: Educação; Meio-ambiente; Subjetividade; Sociedade de controle; Linhas de fuga.

Abstract

This article has the goal to explore a few concepts that are the basis of an educational practice associated to vital forces. Those ecologies and ethics associated from singular procedures, as well as the forces that have to do with them and from them are what interest in this perspective. The connection with these forces of constant desired insurrection involves the questioning of a sequence of values and dispositions



presented in the collective and individual bodies and their relationship with the mechanisms of power on society of control. The design of this article declares the experimental political and esthetical character in its formal aspects as much as in its conceptual line. This procedure affirms an ethic of the affection inseparable from the experienced intensity within the encounters and a style carrier that says about the selectivity criteria implicated within. It is inside of this movement that the connections between education, environment and subjectivity will be driven through.

Keywords: Education; Environment; Subjectivity; Control society; Lines of escape.

Darei início a este artigo apresentando uma re-escrita do conto Fugados do autor cubano Lezama Lima. Porém, este por não apresentar-se como uma ilustração ou exemplo daquilo que se pretende dizer, obriga-me a explicitar ao leitor senão o porquê da decisão em utilizá-lo – não somente aqui, mas em outras e tão diferentes oportunidades¹ –, ao menos o como. Evidentemente não há a pretensão de analisá-lo desde uma abordagem pertinente à crítica literária, que marotamente poderia vir a servir, sob a forma de analogia, àquilo que se pretende dizer. Tampouco trata-se de uma questão de gosto pessoal, convite fácil ao convencimento de uns quantos leitores das qualidades daquele que aqui escreve ou então de sua falta irremediável, segundo o gosto.

Tomo-o, portanto, como material com o qual componho uma certa paisagem, começo de uma viagem. Barthes entendia a viagem como um procedimento de escrita, pensamento ou mesmo preparação de uma aula. Precedendo Barthes, Kant e Nietzsche haviam concebido a viagem como movimento do pensamento, como “o jogo entre a segurança da verdade e os riscos da ousadia” (Giácoia Junior, 2004, p. 92), ainda que as implicações no movimento fossem evidentemente diferentes para cada um. Mas, para efeito do que aqui se pretende, a viagem interessa como esse jogo, esse procedimento por meio do qual, teimosamente, nos deslocamos, nos separamos de nós mesmos e das verdades derradeiras que nos ancoram, para afirmar o irreduzível e manter, frente a Razão, a força de uma deriva. É à deriva da Razão que algo se passa, inaugura, liberando o pensamento e a vida dos critérios de utilidade e eficácia que os paralisam e mantêm estéreis (Escobar, s/d, p. 79). É forçoso notar que

¹ Godoy (2005; 2007b,c; 2008).

um tal procedimento ocupa-se de anotar e fazer notar percursos singulares em que pequenos fragmentos se surpepõem, mais do que se encadeiam, predominando portanto a digressão, isto é, a ruptura de uma continuidade discursiva.

Há neste procedimento uma inequívoca vizinhança com certa concepção de Lezama Lima a propósito da viagem quando afirma que “el viaje es el paseo del deseoso” (Martínez, 1968, s/p), em nada equiparável aos deslocamentos extensivos – em que se vai de um ponto a outro – e em muito afeita ao conceito de nomadismo intensivo, apresentado por Deleuze-Guattari, em que o deslocamento se dá entre os diferentes níveis segundo as linhas ou agenciamentos de desejo nos quais se entra. “Deseoso”, diria Lezama Lima, em poema de 1942, “es aquel que huye”...² e ao fugir faz fugir com ele uma paisagem, uma certa configuração ou arranjo subjetivo e existencial, que se pretende estável. Tais fugas dizem da potência da vida para resistir ao que a sufoca e limita reduzindo-a à mera satisfação de necessidades empíricas, conformando-a aos modelos gestionários e às intervenções planificadas cujo fundamento repousa sobre os esquemas de legitimação que o acordo exprime³.

O acordo não se pauta nas acertivas com que contemplamos, falando ou silenciando, a importância de “incutir no educando – todos os cidadãos – uma consciência crítica sobre a problemática ambiental”; o acordo nos põe no lugar do mesmo, naquele cujo conforto é também o constante degladiar, debater e dialogar sobre o único possível que nos é dado, conforme a oportunidade com que tomamos a Terra e aqueles-para-a-Terra numa incessante combinação de gestão e humanitarismo que se faz na vinculação entre o dado e outro dado, homens, animais, plantas e mercadorias; práticas que vem se afirmando na produção de modos de subjetivação marcados pela obrigação de bem-habitar.

Pensar novos modos de habitar implica seguir as linhas que fogem por todos os lados e que afirmam a invenção de existências singulares para além dos espaços dados ou dos dados sobre o espaço. Existências que se explicam, desdobram por meio de uma ética e uma estética e que, confrontando as condições da experiência possível, afirmam a vida em sua heterogeneidade como condição da experiência real⁴.

² O poema *Llamado del deseoso*, data de 1942 e consta nas *Obras Completas*, em dois volumes, publicadas em 1977-78 pela editora Aguilar, de Madri. Pode, também, ser encontrado na tradução de Claudio Daniel em http://www.revistazunai.com/traducoes/jose_lezama_lima.htm. (acesso em 15.06.2009)

³ Nesta perspectiva pode ser encontrada uma argumentação mais extensa em Deleuze e Guattari (1997); Passetti (2003a) e Tótor (2006). A propósito da relação entre acordo e legitimação sugere-se Rancière (1996), Ribeiro (2000). Quanto a uma minuciosa caracterização da configuração econômica contemporânea Hardt e Negri (2001).

⁴ Não desejando me alongar, mas a fim de melhor situar o leitor, a experiência real em Deleuze é a experimentação. O caráter da experimentação é sempre parcial, fragmentário e limitado tornando-se, deste modo, inseparável do perspectivismo nietzscheano, e explicitando não a perseguição de uma idéia a partir de vários ângulos, mas afirmando as intensidades que lhes são próprias. É esta dimensão intensiva inscrita no perspectivismo que lhe confere o caráter



Não nos basta apenas, como afirma Pelbart, “colher as diferenças constituídas, sejam elas individuais ou coletivas, mas produzir novas diferenciações, fazer do homem um grande experimentador, um afirmador de modos de existência singulares” (Pelbart, 1996, p. 60).

Fugados

Assim, Luis e Armando iam, cada qual por seu caminho, para a escola. O aspecto do colégio era indissociável do que se passava dentro dele. As vozes dos professores recobriam o colégio como uma crosta sem brilho que as idéias, assim como o olhar, não conseguiam atravessar. Os dois meninos encontraram-se na frente do colégio, olharam-se e, na volúpia do olhar, o colégio se desvaneceu. Armando, o menino mais velho, disse: “Não vamos entrar, pois no quebra mar as ondas estão furiosas, quero vê-las.” Luis, o mais jovem, inebriado pela palavra do outro, disse: - “Vamos.” A possibilidade de a chuva recomeçar e o medo de ser descoberto matando aula pelos pais misturavam-se, em Luis, ao gozo da presença do outro. Armando encontrava no olhar de Luis as palavras, e Luis encontrava nas palavras de Armando o olhar. Caminhando lado a lado, sentiam o amolecimento das coisas e a inutilização das palavras propiciados pelas manhãs úmidas, da mesma umidade persistente que se notava no suor do rosto de Luis, que agora fugia com Armando. Tudo transbordava: o ar, o corpo, o mar. E Luis pensava que eles não deveriam fazer nada senão ir ao colégio de manhã, tudo o mais sobrava.

Ali diante do quebra mar, compreendia o espaço maravilhoso que Armando ocupava, espaço rítmico da mão que arrumava os cachos de cabelo, das gotas que caíam na terra e a faziam gritar, dos papéis que iam e vinham nas ondas. A paisagem estreava uma aparência diversa diante do estilo ou da maneira diversa dos olhares. Eles tinham chegado diante das ondas um tanto desmemoriados, aquilo parecia não ser sua finalidade. Momentaneamente servira, mas um segredo mais escorregadio os golpeava. As fugas do colégio são o grito de algo que abandonamos, de uma pele que já não nos justifica. A curvatura das ondas, a grosseira assimilação da onda por outra onda produzia uma vaga de vapores livre de lembranças. Como se as nuvens fossem se estendendo entre eles e transformassem os meninos nuns arquipélagos úmidos. Um barco bateu neles suavemente e se viu lentamente rechaçado pelos ponteiros de um relógio. Mudaram de rumo, a finalidade que os unira se perdia invisivelmente. Iam

de experimentação (Gonzaga, s/d, p. 95). Nesse sentido a experimentação do/no pensamento é inseparável da experimentação da/na vida (Machado, 1999, p. 27)



*se manter mais tensas e secretas as palavras que os enlaçavam. Mais que ver as ondas, tinham-nas adivinhado entrando na atmosfera aquosa que desalojavam; chegava até eles um rumor distante, uma onda empurrava a outra, impulsionando curvados sons que se afinavam para penetrar na baía algoada dos ouvidos. Já tinham decidido passear. Nenhum ponto fixo podia prendê-los.*⁵

Detritos I

“Pouco se diz da escola nesta breve história de José Lezama Lima (1993), mas o que se sabe, como bem o sabem os meninos, é que nem as idéias, nem o olhar conseguem atravessar suas paredes recobertas pela argamassa das vozes dos professores. Isto era o que precisava ser enfrentado, isto contra o qual toda idéia preferia correr e se atirar ao mar.” (Godoy, 2007b, pp. 187-188)

A crosta sem brilho das vozes dos professores, sua desvitalização e endurecimento, dizem-nos menos das qualificações e desqualificações dos profissionais da educação e mais do processo pelo qual a educação – atravessada pelas estruturas administrativas – se acha reduzida e confundida com os processos de escolarização, que produzem em nós tanto o professor quanto o aluno determinando, assim, o papel da educação no esquema de legitimação: articular o científico e o midiático a fim de reconduzir a diferença ao sistema de igualdade em que qualquer um é igual a qualquer um segundo um esquema de equivalências jurídicas e morais (Rancière, 1996).

Desta maneira, ao realizar-se como opinião, a ciência “coloca cada um em seu lugar, com a opinião que convém a este lugar” (Rancière, 1996, p. 108) tornando-se, ela mesma, o próprio nome deste lugar. A adequação sem resto entre as formas do Estado e o estado de coisas que elas designam só pode ser obtida pela interiorização do Estado como imagem que condiciona a prática e o pensamento exprimindo-se no jogo dual em que a fórmula reformista “conservar o que se transforma” ocupa toda a percepção política comum (Zourabichvili, 2000, p. 333).

A argamassa de palavras que recobre o colégio como uma crosta sem brilho, enfrentada a cada dia pelas crianças e jovens, incita-nos a perguntar pelos alunos que fomos como aquilo que coexiste com os professores que somos numa sorte de esquema perverso que aposta naquilo que produzimos nos outros sem nos darmos

⁵ Re-escrita livre do conto Fugados de José Lezama Lima (1993).



conta daquilo que, hoje, se produz em nós e para nós (Corrêa, 2006).

Pois a argamassa de palavras, mas também de imagens, não somente dá corpo ao modelo comunicacional, mas modula os corpos cuja organização identifica-se a um certo regime do sensível – ao modo de dividir e compartilhar a experiência comum – que a democracia consensual implica: aquele em que as partes já estão dadas de antemão, os corpos distribuídos em funções e em lugares que correspondem às funções. A paradisiaca – e não menos prazerosa – concordância racional entre indivíduos e grupos se expressa em viver bem no lugar que se ocupa como otimização da função designada, apresentando-se como o efeito da palavra de ordem que articula os atos aos enunciados por meio de uma 'obrigação social' (Deleuze-Guattari, 1995, p. 16). Assim, a produção demente de palavras e imagens gera montanhas de lixo cognitivo descolado das existências singulares constituindo uma poluição semântica do meio ou ainda, se se preferir, uma poluição de equivalências metafóricas e representacionais cujo efeito é a soldadura do invisível, do campo virtual que atravessa as coisas, por meio do qual se produzem mundos outros, inéditos (Pelbart, 1993).

Detritos II

Digamos que o movimento dos meninos fugados de Lezama Lima circunscrevam um campo problemático que concerne tanto ao diagnóstico das novas técnicas que permitem utilizar sistemas de signos (significação e comunicação); produzir, transformar e manipular coisas (técnicas de produção) e, finalmente, aquelas que permitem determinar a conduta dos indivíduos, impor certas finalidades ou determinados objetivos (técnicas de dominação) – tal como coloca Foucault (2004, p. 95) –, quanto ao processo por meio do qual inventam-se modos de existência liberados da sujeição e da servidão que elas implicam e que as exprime.

Tais técnicas não operam somente no sentido de “submeter as subjetividades às práticas divisórias, disciplinares, individualizantes e normalizadoras” (Castelo Branco, p. 319), mas o fazem, contemporaneamente, em função de um novo dispositivo de controle – a democracia participativa – que reconhece direitos e determina práticas estabelecendo a legitimidade das falas entorno da produção de um consenso obtido no debate, tão incessante quanto insistente, de opiniões (Tótora, 2006). Desta forma, os esquemas de legitimação ganham brilho renovado nas sociedades de controle em que a democracia participativa se explicita na democratização crescente do

instrumento de acionamento e produção da opinião: a informação. O que agora interessa regular é a informação, o conhecimento e a comunicação para extrair o máximo de criatividade⁶. O correlato das sociedades de controle é o controle da produção imaterial, passamos assim “das estratégias de interceptação de mensagens ao rastreamento de padrões de comportamento” (Costa, 2004, p. 163). Deste modo, antecipa-se a oferta de produtos que não compreendem exclusivamente coisas, mas os comportamentos que são nelas embutidos. Vendem-se objetos, ações, estilos e o mundo a eles está agregado, confeccionados como imagens e palavras, compostas a partir dos elementos comuns a uma série de perfis. O que nelas e por elas é apresentado será produzido na medida em que adquirirmos o produto, consumirmos a informação e adotarmos o comportamento. Produzimos acoplados a uma infinidade de máquinas técnicas e sociais, tanto quanto somos produzidos e algo é produzido em nós.

O modelo comunicacional, por meio do qual o controle se individualiza, articula, assim, política e mercado; fundindo o cidadão no consumidor e constituindo uma subjetividade capitalística, tal qual a denominou Guattari (1987), que consome identidades em redundância com uma maioria em nome da qual a opinião fala. Sempre objeto de uma luta ou de uma troca, como coloca Deleuze (1992), a opinião se molda estritamente sobre a forma da reconhecimento favorecendo o reconhecimento de valores estabelecidos e colocando o pensamento a serviço do Estado.

Foucault (1994) já havia afirmado que o que se nos impõe hoje não é procurar libertar o indivíduo do Estado e suas instituições, mas “liberarmos, a nós mesmos, do Estado e do tipo de individualização a ele vinculada” (Idem: 224) recusando as formas de subjetividade que se nos impõem e a forma de sociabilidade que as justifica (Passetti, 1999). Trata-se, portanto, de pensar politicamente essa dimensão invisível que constitui a subjetividade e que é imamente às máquinas técnicas e sociais que a produzem; dimensão a qual é preciso restituir sua densidade de acontecimento e virtualidade, liberando as palavras e as imagens dos clichês da opinião que as atolam e cuja regra ideal ganha expressão nas subjetividades consensuais que fazem proliferar⁷. Tais subjetividades são aquelas em que os diferentes meios que as habitam (profissional, sexual, cultural, político etc.) são rebatidos sobre a axiomática da sustentabilidade que passa a regular a dinâmica afectiva das forças.

⁶ Para uma exploração mais ampla do tema, bem como seus muitos desdobramentos, sugere-se Lazzarato e Negri (2001), Hardt (2003) e Lazzarato (2003).

⁷ Deleuze em *Conversações* (1992, p. 190 e 224) aponta que o consenso é a regra ideal da opinião e que nada tem a ver com a filosofia, visto ter a ver com o marketing, novo instrumento de controle social.



Detritos III

Mais de uma vez, fiz referência a uma pequena palestra de Ivan Illich realizada em 1973 na UNESCO (Illich, 1973)⁸. Nela, Illich apontava o principal problema que nos cabia enfrentar na contemporaneidade: o espaço escolar seria o meio de prolongar ou de perpetuar a docilidade com que as pessoas respondem às exigências do confronto entre o mundo industrial com o então emergente pensamento ecológico. A contundência da crítica de Illich permanece ressoando e, irreduzível à escola, mas a ela pertinente, concerne àquilo que Guilherme Corrêa (2006) denomina *processos de escolarização*. São processos que nos atravessam e constituem, que transbordam os muros da escola e que delimitam o campo do pedagógico, onde opera todo um “arsenal de estratégias disciplinares, de distribuições de arquiteturas, de postos de controle, de hierarquias e, principalmente, de um *fazer querer*” (Corrêa, 2006, p. 43).

Sob a rubrica de ações pedagógicas, “envolvem sempre o ensino e com ele as planificações, os objetivos, as eleições de meios, a intervenção de especialistas e *experts*, enfim grandes esforços para a consubstanciação de um tipo de homem. Um homem que quer o que é bom para todos” (Idem, *Ibidem*). Sendo que, aquilo que se pode vir a considerar como bom, bem como o homem apto a querê-lo, são produzidos numa mesma sorte de operações por meio das quais se introduz ordem e previsão, certeza e racionalidade, regulação e uniformidade como forma de controle social. Tais operações, elevadas à escala da educação de todos para todos, intervêm, portanto, para “modificar os vários, difusos e imprevisíveis querereres de cada um num querer normal. Um querer sujeito a norma” (Idem, p. 44). Tais processos são aqueles que culminam numa forma que encontra correspondência no modelo do aparelho de Estado em relação ao qual o outro, seja ele indivíduo ou clientela, seja cidadão ou população ganha existência num campo estruturado de possibilidades.

Se a submissão é uma das dimensões da docilidade, a outra que a complementa e desdobra é a flexibilidade, esta no sentido daquilo que se pode dobrar “inclinando nossos interesses sempre para o lado da obediência”. Somos, assim, alunos e professores, tornados aptos a um certo tipo de atletismo que, ao reduzir o movimento a intervalos de imobilidade submete os corpos sem dor, sujeita a vontade sem forçá-la fazendo ressoar contemporaneamente os pressupostos do Barão De Gérando⁹ sob a

⁸ Cf. Godoy, 2008 e 2007b,c.

⁹ Tal como apontam Gouvêa e Jinzenji (2006) “a adoção do manual *Curso normal para professores de primeiras letras* (1839), do Barão De Gérando, em diversas províncias brasileiras, diz-nos acerca das referências para a definição do perfil e dos contornos do projeto de educação escolar pretendido no Brasil, naquele período. O Barão De Gérando representava uma das figuras centrais da filantropia européia da primeira metade do século XIX, defensor da extensão

forma de uma imobilidade reativa inscrita num futuro dado de antemão, porque rebatido na forma do já presente. É deste modo que – por medo de um futuro anunciado – nos tornamos conservacionistas e, sobretudo, nos tornamos conservadores, visto conservação e proteção não concernirem exclusivamente a uma vertente do pensamento ecológico ou a um conjunto de práticas ambientais à qual se oporiam aquelas consideradas críticas. Elas são o expresso da participação e implicam gestão de direitos, prescrição de deveres e normalização de comportamentos, isto é, a produção incessante do cidadão planetário modelar, sobre o qual se rebatem as identidades, que a cada ação fornece informações sobre o seu perfil, seus desejos, sua condição de existência, alimentando uma ampla gama de serviços, os quais, por sua vez, vendem as possibilidades de vida mais adequadas. Aquelas que dizem respeito às subjetividades-luxo e aquelas que restam como subjetividades-lixo (Rolnik, 2007).

Docilidades I

Porém, dominação, produção e comunicação não concernem tão somente aos corpos individuais e coletivos. Elas dizem respeito também ao corpo da Terra precisamente porque trata-se de produzir os corpos-para-a-Terra. Trata-se de como produzir uma organização no corpo, um organismo e, portanto, das técnicas por meio das quais se torna possível roubar o corpo.

E quando se fala de como produzir um organismo, das técnicas das quais nos valem para isso, fala-se de como produzir um rosto, um rosto identificável e identificado, um rosto identitário, mas também de como produzir uma paisagem na qual ele redunde e na qual se reconheça.

Tudo isso não deixa de dizer respeito ao que Foucault (2004) chamou de uma série de obrigações de verdade: de descobri-la, ser esclarecido por ela e dizê-la. Obrigações que se nos impõem e que nos impomos e que trazem como exigência não somente a sondagem do pensamento, mas a prospecção do corpo. Em ambas trata-se de saber o que se passa no interior, trata-se de localizar e identificar possíveis ameaças, o inimigo, seja sob a forma dos desregramentos vários do corpo, seja sob a forma dos desvios de regimes de toda ordem (alimentares, morais, sexuais), internos

da escola ao grosso da população, principalmente às classes inferiores. Filósofo, autor de obras sobre pensamento e linguagem, era membro destacado da Société des Observateurs de Homme, grupo formado por homens ilustres provenientes de várias áreas do saber, que existiu do final do século XVIII ao início do século XIX. Faziam parte desse grupo os médicos Pinel, Cabanis, Itard, o filósofo Destutt de Tracy, os naturalistas Jussieu, Cuvier, Saint-Hillaire e Jauffret, secretário da sociedade. De Gérando iria defender o papel da instrução na regulação das forças da natureza.” (p. 120-121).



ou externos a ele, e, que tomam a forma de crimes de todo tipo, formas de uma anti-natureza insuportável e proliferante que pode solapar a saúde, a felicidade e a produtividade.

De fato rouba-se o corpo, não sem antes todo um trabalho que converte o roubo em renúncia, a violência em docilidade.

Controlar o corpo para obter a unidade necessária indica-nos pelo menos esta perspectiva: de que não há processo de unificação que prescindia da organização do corpo, de seu controle, que por sua vez só se obtém sondando, prospectando.

Assim, ao reduzir o corpo ao organismo, vemo-nos às voltas com questões jurisdicionais a propósito das partes que o compõem segundo as funções que realiza¹⁰ visto que não há política de Estado que prescindia de políticas de subjetivação.

Qual rosto? Para qual paisagem?

A redundância gerada na repetição de certos arranjos imagético-discursivos propicia a percepção compartilhada, construindo o lugar comum – o reconhecível – pela fixação de uma forma modelar: “é um homem *ou* uma mulher, um adulto *ou* uma criança, um chefe *ou* subalterno” (Deleuze e Guattari, 1996, p. 44). Há sempre uma unidade de rosto posta em jogo, bem como uma unidade de paisagem.

A pergunta que rosto ou paisagem passa ou não, sempre nos lembra da exigência de um sistema de julgamento. “A cada instante são rejeitados os rostos – e paisagens – não conformes ou com ares suspeitos” (Idem, *ibidem*). Mas, ainda que recusados na primeira escolha, também eles serão selecionados numa segunda ou terceira vez, pois serão produzidos os padrões do desvio. Eis aí, o princípio de determinação do racismo.

Produz-se rostos e paisagens sempre em redundância uns com os outros. Por meio desta produção, promove-se a “abolição organizada do corpo e das coordenadas corporais pelas quais passavam as semióticas polívocas ou multidimensionais. Os corpos serão disciplinados, a corporeidade será desfeita, promover-se-á a caça às intensidades” (Deleuze e Guattari, 2004, p. 49). Colonizar é um modo de funcionamento desta produção, bem como converter; na realidade, não há conversão nem colonização possível sem que o rosto e a paisagem se produzam.

¹⁰ Richard Lewontin (2002, p. 91) evidencia essa aproximação ao afirmar que, tanto em biologia quanto em política, a questão das partes e do todo é uma questão de jurisdição.

O que se coloca é o embate incessante entre as forças selvagens e as forças de domesticação, que incidem sobre os corpos. A máquina que produz rostos e paisagens sobre o corpo e sobre a Terra, criando redundância entre os dois, é a mesma que permite os juízos sobre os corpos. Para além disso: cria-se o rosto do bom e belo corpo para a paisagem da boa e bela Terra bem como aqueles que os completam. Os critérios de avaliação dos corpos e da Terra ainda passam pela perfectibilidade e pela pureza, como o *quanto* de rostificação possível de ser operada sobre eles.

A perfectibilidade e a pureza não se opõem à degeneração e à morte, mas melhor as afirmam, pois nenhuma forma de poder coativo pode prescindir dessa glorificação da morte. O correlato da perfectibilidade da obra, divina ou humana, é a imolação do corpo para que melhor suporte a vida degradada, aquele que aceita a devastação e nela e por ela se conserva.

Fugas I

Klossowski, em um artigo de 1972 a propósito da análise de alguns critérios presentes na obra de Nietzsche¹¹, afirma que a gestão total da Terra, a planificação planetária da existência, obedece à lei de um movimento econômico irreversível que consagraria a mentalidade reinante por meio de um embrutecimento do homem, sua mediocrização, o que exigiria um contra-movimento.

Exigiria, portanto, por em movimento toda uma outra política em que já não se trataria de um olhar, escuta ou pensamento coagidos e submetidos. Uma outra política inventada nas bordas. Uma política que não reconhece fronteiras, prescinde do que se *deve* ser, fazer, pensar e sentir traindo os sistemas de significação, de referencialidade, afirmando outras e surpreendentes práticas, desobstruindo fluxos, criando outros fluxos desarranjando as maquinarias de controle e de submissão.

Trair remeteria, então, à potência dos corpos para gozar do mundo e dele extrair aqueles aspectos com os quais se compõem. À potência para inventar-se como um lugar de passeios aquém ou além da moralidade e da educação. Apropriar-se do corpo é apropriar-se da Terra.

Toda uma outra política, uma outra ecologia, a menor das ecologias. Aquela capaz de desmanchar os saberes e práticas (Gil, 2001, p. 145), bem como rostos e

¹¹ Originalmente apresentado no encontro sobre Nietzsche que teve lugar em Cerisy-la-Safle em 1972 e posteriormente publicado na colêctanea brasileira *Por que Nietzsche?* juntamente com outras conferências apresentadas na ocasião.



paisagens que nos aprisionam, que nos incitam a perceber o corpo somente pelo viés das técnicas e tecnologias que o estabilizam e conformam, e não pelo viés de sua potência para resisitir, para inventar os órgãos de que necessita a fim de edificar o corpo e a Terra que lhe convém.

Uma outra política cujas implicações éticas, estéticas e filosóficas ultrapassam a difusão do consumo e de práticas corretas, como aponta Passetti (2007), e que sabotam as diversas formas de captura que habitam o tempo homogêneo em que, contemporaneamente, circulamos.

Fugas II

Lins (2004) refere-se a uma ética dos afectos como resultado de uma inteligência do sensível em nada alheia às intensidades experimentadas nos encontros, e portadora de um estilo que diz do critério de seletividade nela implicada. Nesse sentido trata-se antes de éticas, como afirma Passetti (2003b), éticas singulares como o exposto da invenção de percursos de pensamento e vida inseparáveis de experimentações e cuja variação concerne àquela das intensidades que povoam os encontros.

Sendo assim, o estilo responde a certos critérios de uma potência seletiva que diz dos modos de composição (e decomposição) cuja avaliação é inseparável das práticas pertinentes ao cuidado de si e com o mundo, irreduzíveis, portanto, às exigências da vida prática e às condições da sobrevivência. Tais práticas, segundo Foucault, são aquelas

“(...) refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de valores estéticos e responda a certos critérios de estilo” (Foucault, 1984, p. 13).

Não se expressando necessariamente na conservação do equilíbrio dos ecossistemas como finalidade, na mera constatação de um estado de coisas, nem se fundando nestas e naquelas disposições ambientais modelares e tampouco se reduzindo à escolha entre os possíveis dados; tais práticas implicam necessariamente a experimentação de suas virtualidades em relação às quais o corpo empírico apresentar-se-ia como ponto transitório de um movimento vital que o atravessa e constitui exprimindo-se, a um só tempo, como inventar-se e como invenção de

mundos (Kastrup, 2005 e 1999). Explicita-se aqui a desconexão da consciência dos dispositivos de poder cujo funcionamento não prescinde da produção de medos místicos e científicos (Lins, 2000), dentre eles o medo ecológico (Alphandéry, Bitoun, Dupont, 1992). Medo ao qual ninguém está imune e que adentra as casas, as escolas e as existências como forma de conclamação à salvação pela conservação, à salvação pela mudança de comportamento, à salvação por um inchaço da consciência e da razão. Medo que transborda dos livros didáticos, e das televisões – em tempo real – e que, didática e pedagogicamente, nos conduzem e convencem a adotar um certo tipo de comportamento e pensamento e a revelar o desastre que seria não fazê-lo, comportamento e pensamento considerados adequados para solucionar os problemas ou eliminar suas causas.

Fugas III

Torna-se necessário, cada vez mais, perguntarmo-nos sobre nossas disposições para perceber, sentir, pensar e agir: toda uma ética, uma estética que, como coloca Deleuze (2002), diz respeito a busca prática de um outro modo de vida, de um outro estilo, comunitário ou individual.

Nesta perspectiva, a sensibilidade emerge como elemento diferencial, apto a fazer passar as singularidades transformando o ambiente em matéria expressiva (antes que numa extensão física ou qualitativa) e simultaneamente permitindo-nos a experimentação das paisagens não humanas que o habitam. Criar outros modos de existência, produzir uma existência artista, convida-nos a recolher a matéria-mundo e sobre ela trabalhar, imprimindo-lhe plasticidade, ritmicidade, trabalho que sempre nos remeterá a Terra e a seus deslocamentos, seus abalos. É sobre ela que caminhamos, é com ela que sentimos, percebemos e pensamos, por isso toda escuta, todo pensamento é antes de mais nada sísmico e os processos que o acometem são sempre geológicos.

O que está posto aqui é a liberação do sensível do regime da lei e do contrato que tanto o subsumem quanto o colmatam seja ao referí-lo à reconhecimento, seja à atração dos bens consumíveis.

Fugas IV

Se a educação ambiental, como campo discursivo, engendra um modo de lidar



com o mundo, de compreendê-lo, de falar sobre ele e sobre nós mesmos, ela não chega a constituir um campo discursivo autônomo: dir-se-ia que ela se funda num cruzamento de diversos campos – a educação, a macro-política e a discursividade ambientalista. Nesta perspectiva, sua produção implica não somente relações entre instituições, processos econômicos e sociais, regimes de normas e condutas que a dimensionam como saber específico, mas também movimentos que lhe são coexistentes e que desfazem esse campo, minando o discurso, liberando a diferença que a ordenação majoritária das práticas tenta submeter. Ela teria como que duas faces, uma voltada para o atual em relação ao qual ela cria identidades, produz verdades sobre a relação do homem com o meio e sobre a necessidade de um fazer educativo para orientar essa relação, legitimando-se como o saber autorizado pelos campos discursivos educacional (os alunos devem...), macro-político (...se adequar à forma do cidadão responsável...) e ambientalista (...logo, com disposições referentes a verdades cientificamente comprovadas). Uma outra face permanece voltada para o virtual – operando sobre um plano de composição que não cessa de se transformar com aquilo que ocorre nele e com o que se dá a partir dele. Estas duas dimensões, embora se distingam, não se separam: a primeira, como o que é dado à visibilidade e à dizibilidade; a segunda, como o que persiste no dado sem ser dado.

Nesse sentido a ética, tal qual a concebemos, não se diz da passagem intervalar de um estado vivido a outro, mas se diz da passagem viva entre o dado e o não dado de cada estado tendo como característica não distribuir mais “os seres com referência a categorias, mas seguir sua repartição segundo as conexões que se efetuem e as funções que se exprimem. O problema da ética consiste então em determinar a maneira pela qual uma conexão com o limite comum e unívoco vai *afetar* um modo dado” (Martin, 1993, p. 58)¹², o modo dado sendo antes o efeito de um movimento vital que lhe precede.

Fugas V

À educação, distanciada dos processos de escolarização, caberia a problematização das relações que se dão em diversos níveis e estratos: entre os mundos trazidos para o acontecimento *aula* e o conjunto das disposições modelares de um pensamento que faz convergirem verdade científica, disposições legais e

¹² Importa considerar também que “o limite que é comum a todas essas séries de invenções: invenções de funções, invenções de blocos de duração/movimento, invenção de conceitos, é o espaço-tempo. Se todas as disciplinas se comunicam entre si, isso se dá no plano daquilo que nunca se destaca por si mesmo, mas que está como que entranhado em toda a disciplina criadora, a saber, a constituição dos espaços-tempos.” (Deleuze, 1999, s/p).



correção de pensamento na forma do senso comum; entre os próprios regimes discursivos, que precisam convergir, de maneira que as disposições pertinentes ao pensamento legalista reproduzam as disposições pertinentes à preocupação ambiental etc.; entre subjetivação e materialidade simbólica e a possibilidade de irrupção de forças selvagens que ameaçam todos os constructos baseados em adequação.

Para além deste universo de adequação e equivalência entre mundos discursivos, o que se apresenta como relevante é, antes, a perspectiva de aprendizagem que se tem, de modo que a educação é tanto mais *ecológica* quando mais próxima de uma perspectiva que, não só comporte os diferentes modos do aprender, mas suscite a invenção de novos problemas, afirmando o aprender sob o signo da divergência e da diferenciação complexa.

Daí, não somente a pertinência, mas a potência minoritária da concepção da educação como plano de composição estética – como coloca Silvio Gallo (Gallo, 2003, p. 68) –, seja porque poder-se-ia invocar a arte atingindo os conceitos capazes de enfrentar o afecto e o percepto artístico, subvertendo a opinião (Deleuze, 2000); mas também e sobretudo porque a educação se afirmaria como uma arte prática de intensificar as variações de intensidade tornando-as tanto mais fortes quanto imprevisíveis, potencializando os ritmos por meio dos quais novas composições se fazem e por meio das quais se dá forma a existência.

A indeterminação cageana ressoa no livre jogo schillerniano tal como apontado por François Zourabichvili no qual o que está implicado “é a capacidade de jogar com as determinações; em suma, de interromper seu encadeamento para compô-las livremente” (2007, pp. 100-101), sem se sujeitar a nenhum conteúdo cognitivo.

Essa transformação da educação por meio de uma vitalização filosófica e artística seria potente para afirmar o desejo como meio de intensificação da experimentação sobre si e das forças no mundo. Com efeito, a vizinhança evocada por Deleuze entre Nietzsche e Spinoza torna-se bastante sugestiva e é tanto mais potente quando a transvaloração – a criação de novas possibilidades de vida –, tomada como arte prática faz ressoar uma filosofia prática que encontra em uma ética dos afectos sua expressividade.

O encontro entre educação, meio ambiente e subjetividade não resulta necessariamente em uma educação ambiental, mas implica uma sublevação ética, estética e política como expressão de um vitalismo que desmancha as formas atuais



ao afirmar a vida em seu movimento de expansão extrapolando “os limites da existência individual, das formas concretas e visíveis que a encarnam, da finitude que lhes é própria” (Pelbart, s/d), implica portanto uma prática que para Nietzsche nada mais era do que educar-se a si mesmo, contra si mesmo.

Fugas VI

Os meninos do conto de Lezama Lima tornam-se fugados ao darem as costas a escola. Não porque simplesmente “matam” a aula, mas porque ao lhe darem as costas o fazem na recusa de uma pele que não mais os justifica. Pele enrijecida – tal qual a argamassa de vozes que recobre as paredes –, e contra a qual toda idéia, toda multiplicidade, prefere se atirar ao mar. Enfrentar esta argamassa é o que se coloca aos meninos e dar-lhes as costas não significa silenciá-las ou ignorá-las, mas combatê-las a cada vez que se apresentam no seu compromisso com o intolerável, seja sob a forma do dever, da amizade útil, do terror, da obediência, do desprezo, da mesmice igualitária contra a qual a diferença é rebatida e silenciada ou sob aquela da obrigação social. Vozes que nos apanham dentro e fora das escolas, vozes que já são o Estado em nós – e sua administração, sua burocracia, sua hierarquia... – e que nos enrijecem, impedindo que o ar passe. A escrita lezamiana descreve em seu movimento o ritmo vital de uma respiração.

As palavras vão sendo tomadas lentamente pela umidade, eleva-se o limite de saturação para em seguida precipitarem-se. A respiração torna-se difícil, incerta, entrecortada à medida em que ar e água se confundem nas ondas de vapor e maresia, chegando-nos como a ele chegava a asma - “el asma llega hasta mí en dos ondas: primero, desaparece debajo del mar; luego, sube a los jaspes líquidos del gran acuario donde los peces desatan nieblas y en pendiente vagan” (Martínez, 1968) – exigindo que se invente outro modo de respirar, e com ele outro modo de sentir e pensar. “A falta de bronquios, respiro con branquias” (Idem).

Assim é que o que experimentamos no conto de Lezama Lima é tanto um certo regime climático que distingue uma condição insular, quanto um regime de intensidades em relação ao qual nos tornarmos, não ilhas, mas arquipélagos, regimes que não cessam de variar: multiplicidade de multiplicidade¹³.

¹³ Prescindindo de uma dimensão suplementar extrínseca que a coordene – seja um princípio, um contexto ou uma entidade [Bruno Latour (2004) aponta que nada unifica mais que o Estado e a Natureza] – uma multiplicidade

Despoluir o invisível

Trata-se, deste modo, de determinar a cada vez o que é importante, o que é relevante, o que promove a abertura imprescindível para que o novo advenha. Trata-se, sobretudo, de um *método de invenção*, próprio para a constituição dos problemas e a compreensão das questões a serem colocadas. O que está suposto na invenção como método é a aprendizagem na sua infinitude, que se desdobra na apreensão das singularidades que constituem aquilo que para cada um, a cada encontro, *faz problema* nas composições nas quais entram e que nos lançam naquilo que Deleuze chama de “um mundo de problemas” até então insuspeitado.

É tempo de pensar uma educação que não funcione por meio do controle e da regulação dos processos de significação e de produção de sentido, bem como dos corpos e dos fluxos que os atravessam, mas sim por acompanhar as fissuras imprevisíveis que trespassam os regimes de signos que constituem uma cultura (Godoy, 2007a).

É trabalhando, agindo *com* a imperfeição do mundo, isto é, com sua incompletude e com suas divergências, que uma educação experimental pode operar nessa zona entre a ética, a estética e a micro-política, traindo os regimes discursivos associados ao Estado, à Ciência e à Escola; fazendo-se atenta as linhas que em sua trama ligam o percebido ao que escapa à percepção frontal, ao modo, este ou aquele, por meio do qual elas se impõe, “mas que certos poderes ou máscaras de auto-suficiência do espírito silenciam ou ignoram” (Orlandi, 2005, s/p).

É neste movimento que a aprendizagem é posta em jogo, seja tomando o ambientalismo como uma perspectiva da aprendizagem “apta a assegurar a aquisição de respostas ou de regras que garantam a adaptação a um meio dado” (Kastrup, 2000, p. 379)¹⁴, seja afirmando a aprendizagem, na sua abertura, como uma perspectiva experimental em que conhecimento, pensamento e vida se entrelaçam, inventando o meio concreto que os torna possíveis, liberando a diferença que a ordenação das práticas tenta submeter. O que se afirma, então, é a potência de resistência da educação, restando um *ambiental*, cuja carga simbólica cabe ao

concerne, portanto, às linhas de força (linhas intensivas e não de contorno) que tornam heterogêneos os termos que conectam ao fazê-los funcionar como singularidades referidas a si mesmas.

¹⁴ Virginia Kastrup (2000) ao abordar duas concepções a cerca das transformações temporais da cognição deixa bastante claro que a noção de ambiente numa perspectiva de desenvolvimento e aperfeiçoamento fica reduzida a dimensão de um composto de formas e objetos dados no plano visível.



nomadismo do *meio* combater¹⁵.

Referências Bibliográficas

- Alphandéry, P., Bitoun, P., Dupont, Y. (1992). *O equívoco ecológico: riscos políticos da inseqüência*. São Paulo: Brasiliense.
- Canguilhem, G. (1999). *La connaissance de la vie*. 2ème édition revue et augmentée. Paris: Vrin.
- Castelo Branco, G. (2000). Considerações sobre ética e política. In G. Castelo Branco & V. Portocarrero (Orgs), *Retratos de Foucault* (pp 310-327). Rio de Janeiro: Nau.
- Corrêa, G. (2006). *Educação, comunicação e anarquia*. São Paulo: Cortez.
- Costa, R. (2004). Sociedade de controle. *São Paulo em Perspectiva*, 18(1), 161-167.
- Deleuze, G. (1999). O ato de criação. Disponível em: <http://cristianccss.wordpress.com/2007/09/19/o-ato-de-criacao-por-gilles-deleuze/>
- Deleuze, G. (1992). *Conversações, 1972-1990*. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G. (2002). *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1992). *O que é a filosofia?* São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1996). *Mil Platôs - vol. 3*. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1997). *Mil Platôs - vol. 4*. São Paulo: Editora 34.
- Drouin, J-M. (1993). *Reinventar a natureza*. Prefácio de Michel Serres. Lisboa: Instituto Piaget.
- Escobar, C. H. (s/d). O gato à deriva da Razão. In C. H. Escobar (Org), *Por que Nietzsche?* (pp. 71-89). Rio de Janeiro: Achiamé.
- Foucault, M. (2004). *Sexualidade e solidão (1981). Ditos e Escritos: ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Gallo, S. (2003). *Deleuze e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Giacóia Junior, O. (2004). De Nietzsche a Foucault: impasses da razão? In E. Passetti (Org), *Kafka-Foucault, sem medos* (pp. 89-10292). São Paulo: Ateliê Editorial.
- Gil, J. (2001). *Movimento Total – O Corpo e a Dança*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Godoy, A. (2007a). Ecologia e sistemas culturais. In I. Machado (Org), *Semiótica da Cultura e Semiosfera* (pp. 1-17). São Paulo: FAPESP/Annablume.
- Godoy, A. (2007b). Conservar docilidades ou experimentar intensidades. In A. Preve, & G. Corrêa (Orgs.), *Ambientes da ecologia: perspectivas em política e*

¹⁵ Refiro-me aqui às considerações de Georges Canguilhem (1999) no artigo *Le vivant e son milieu*, bem como ao prefácio de Michel Serres ao livro de Jean-Marc Drouin.

- educação*. (pp. 121-138). Santa Maria: UFSM.
- Godoy, A. (2007c). Nas bordas do mar [ou como desfazer uma certa educação ambiental]. *Revista Verve*, NU-SOL, 11, 183-201.
- Godoy, A. (no prelo). *A menor das ecologias*. São Paulo: EDUSP.
- Gonzaga, D. (s/d). Nietzsche, filósofo da vida ou a “verdade” na perspectiva. In C. H. Escobar (Org), *Por que Nietzsche?* (pp. 91-97). Rio de Janeiro: Achiamé.
- Gouvêa, M. C. S., & Jinzenji, M. Y. (2006). Escolarizar para moralizar: discursos sobre a educabilidade da criança pobre (1820-1850). *Revista Brasileira de Educação*, 11(31), 114-132. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782006000100009&script=sci_arttext
- Hardt, M. (2003). O trabalho afetivo. In *Cadernos de Subjetividade: O reencantamento do concreto* (pp. 143 – 157). São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP e Hucitec.
- Hardt, M. & Negri, A. (2001). *Império*. Rio de Janeiro – São Paulo, Record.
- Kastrup, V. (1999). *A invenção de si e do mundo – uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição*. Campinas: Papirus.
- Illich, I. (1973). Contra a produção do bem-estar. *Revista Tempo Brasileiro*, 35, out./dez., 87-92.
- Kastrup, V. (2000). O devir-criança e a cognição contemporânea. *Psicologia: reflexão e crítica*, 13(3), 373-382.
- Kastrup, V. (2005). Políticas cognitivas na formação do professor e o problema do devir-mestre. *Educação & Sociedade*, 26(93), 1273-1288.
- Klossowski, P. (s/d). Circulus Vitiosus. In C. H. Escobar (Org), *Por que Nietzsche?* (pp. 41-48). Rio de Janeiro: Achiamé.
- Latour, B. (2004). *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru: EDUSC.
- Lazzarato, M. (2003). Para uma definição do conceito de “bio-política”. Disponível em <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/09/262958.shtml>
- Lazzarato, M., & Negri, T. (2001). *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. (Trad. de Mônica de Jesus). Rio de Janeiro: DP&A.
- Lewontin, R. (2002). *A Tríplice Hélice: gene, organismo e ambiente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lezama Lima, J. (1993). *Fugados*. São Paulo: Iluminuras.
- Lezama Lima, J. (s/d). *El Deseoso*. Disponível em <http://www.revistazunai.com.br/>



traducoes/jose_lezama_lima.htm

Lezama Lima, J. (s/d). *El Deseoso*. Disponível em <http://paginas.terra.com.br/arte/PopBox/neobarrocos.htm>

Lins, D. (2005). *Mangue's School* ou por uma pedagogia rizomática. *Educação & Sociedade*, 26(93), 1273-1288.

Machado, R. (1999). *Zaratustra, tragédia nietzscheana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Martin, J. C. (1993). *Variations: la philosophie de Gilles Deleuze*. Paris : Éditions Payot & Rivages.

Martínez, T. E (1968). Lezama Lima: El peregrino inmóvil (Essay and interview). *Primera Plana. Buenos Aires*, 5, 7-13.

Orlandi, B. L. (2005). *Procedimentos expressivos*. Curso ministrado no PPG – PUC, São Paulo.

Passetti, E. (1999). Sociedade de controle e abolição da punição. In *São Paulo em Perspectiva* (pp. 35-46). São Paulo: Fundação SEADE.

Passetti, E. (2003a). *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo: Cortez.

Passetti, E. (2003b). *Éticas dos amigos: invenções libertárias da vida*. São Paulo: Imaginário.

Pelbart, P. P. (1996). Um mundo no qual acreditar. In *Cadernos de Subjetividade*. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP (p. 59-63). PUC: São Paulo.

Pelbart, P. P. (1993). *A nau do Tempo Rei: sete ensaios sobre o tempo e a loucura*. Rio de Janeiro: Imago.

Pelbart, P. P. (s/d). Deleuze tirou a poeira das idéias de Bergson. Disponível em: http://br.geocities.com/polis_contemp/peter.html

Rancière, J. (1996). O desentendimento – política e filosofia. São Paulo: Editora 34.

Ribeiro, R. J. (2000). Revisitando “Os Intelectuais e o Poder”. In É. Alliez (Org), *Gilles Deleuze: uma vida filosófica* (pp. 385-396). São Paulo: Editora 34.

Rolnik, S. (2007). A Vida na Berlinda: Como a Mídia Aterroriza Com o Jogo Entre Subjetividade-lixo e Subjetividade-luxo. *Trópico*, São Paulo. Disponível em <http://pphp.uol.com.br/tropico/html/textos/1338,1.shl>

Tótorá, S. (2006). Democracia e sociedade de controle. *Revista Verve*, NU-SOL, 10, 237-261.

Zourabichvili, F. (2000). Deleuze e o possível: sobre o involuntarismo na política. In É. Alliez (Org). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica* (pp. 333-356). São Paulo: Editora 34.



Zourabichvili, F. (2007) O jogo da arte. In D. Lins (Org), *Nietzsche e Deleuze: arte e resistência* (pp. 96-108). Rio de Janeiro: Forense Universitária.